

VISÃO DOS ECONOMISTAS

Neste capítulo, abordaremos as seguintes questões:

- Que princípios orientam a corrente econômica ambiental neoclássica?
- O que são externalidades e bens inapropriáveis?
- Quais são as duas principais maneiras de lidar com as externalidades?
- Que princípios orientam a corrente econômica ecológica?
- O que é o WBCSD? De que forma sua atuação colabora com a questão ambiental?
- Por que a Cúpula de Johanesburgo fortaleceu um novo entendimento entre meio ambiente e desenvolvimento econômico?
- O que é ecoeficiência?
- Como o novo perfil do consumidor do século XXI interfere nos negócios da empresa?

Introdução

Nos capítulos anteriores, você conheceu a evolução do ambientalismo ao longo da história. Conforme estudado, a segunda metade do século XX mudou significativamente a visão sobre a relação entre homem e meio ambiente, alertando a sociedade para os impactos negativos do progresso.

Ao mesmo tempo, surgiram teorias que buscavam descrever melhor a interação entre atividades econômicas e meio ambiente. Na primeira parte deste capítulo, estudaremos duas dessas correntes teóricas: a da economia ambiental neoclássica e a da economia ecológica. Durante a explanação, conheceremos dois importantes conceitos para entender a visão dos economistas sobre as questões ambientais – os conceitos de externalidades e taxa pigouviana.

Em seguida, na segunda parte do capítulo, abordaremos, de maneira introdutória, os caminhos já traçados para que as empresas conciliem suas atividades com a preservação ambiental. Primeiro, veremos como nasceu o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council on Sustainable Development – WBCSD*) e qual tem sido sua contribuição para o empresariado do mundo todo. Em seguida, veremos qual foi o legado da Cúpula de Johanesburgo (também conhecida como Rio+10), em especial para as empresas. Por fim, estudaremos o conceito de ecoeficiência e analisaremos como o perfil do consumidor do século XXI vem contribuindo para mudar certas atitudes no mundo dos negócios. Muitas das ideias introduzidas no presente capítulo serão aprofundadas e ampliadas nos seguintes.

Questões ambientais e economia segundo os neoclássicos

Para entendermos o ponto de vista neoclássico sobre a relação entre economia e meio ambiente, é primordial conhecermos, antes, a herança da teoria clássica. Inaugurada por pensadores célebres como Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill e Thomas Malthus, a corrente clássica avaliava o desempenho econômico de um sistema numa perspectiva de longo prazo, descartando fenômenos passageiros. Assim, para um economista filiado à visão clássica, a saúde econômica de um país não deveria ser medida por flutuações da bolsa de valores, por exemplo, mas por indicadores mais robustos, como o PIB e outros índices de crescimento.

Além de não nutrir interesse por variações superficiais, os clássicos repudiavam a intervenção do Estado como regulador das relações econômicas. Sob seu ponto de vista, o equilíbrio do mercado seria construído sozinho, com base na lei de oferta e da procura – era a "mão invisível" do mercado, na expressão eternizada por Adam Smith.

O legado clássico serviu de alicerce para a construção de uma nova teoria econômica, o neoclassicismo. No final do século XIX, já surgiam os primeiros neoclássicos: Hermann Heinrich Gossen, Carl Menger, Léon Walras, Stanley Jevons e Alfred Marshall, entre inúmeros outros.

Herdeiros do princípio do *laissez-faire* (deixai fazer), os neoclássicos rejeitavam a intervenção do Estado na economia, argumentando que ela se autorregularia graças à competição. Como o preço final reflete o custo de produção, as próprias empresas se empenhariam para garantir o uso eficiente dos recursos na luta por vantagens competitivas. Nascia, então, o conceito neoclássico de *eficiência econômica*: em um mercado com muitos vendedores e compradores, o Estado não tem por que se preocupar – o equilíbrio será atingido naturalmente, à medida que cada parte atue no sentido de atingir seus interesses.

Na teoria, as peças se encaixavam com facilidade. Na prática, porém, os neoclássicos foram obrigados a admitir que a eficiência econômica oferecia algumas brechas – eram as chamadas *fallhas de mercado*.

Um dos exemplos mais clássicos de falha de mercado diz respeito a uma situação que muitos de nós conhecemos bem: ao contratar um seguro de automóvel pela primeira vez na vida, o motorista sempre paga um valor bem alto. Com o passar dos anos, se provar que é um condutor cuidadoso – e que, portanto, não precisa acionar o seguro –, vai ganhando bônus e pagando cada vez menos pela apólice.

Observe que essa diferença no preço cobrado não é regida pela lei da oferta e da procura, tampouco pelos custos de produção em si (se um motorista segurado há 20 anos bater e tiver perda total em seu carro, os custos para a seguradora serão os mesmos do que se um motorista novato fizer a mesma coisa). A diferença ocorre porque existe *informação assimétrica* entre as partes: o motorista pode se informar sobre a companhia seguradora, consultando sua reputação no mercado, mas a seguradora não pode se informar sobre o motorista. Se for a primeira vez que ele está contratando um seguro de automóvel, não existe um "histórico" que possa demonstrar se ele é um condutor responsável ou não.

A mesma situação ocorre no mercado de crédito e de bens usados, por exemplo. Mas a informação assimétrica não é a única responsável pelas falhas de mercado. Para discutir a questão ambiental, interessa-nos estudar outros dois importantes provocadores dessas falhas: a existência de externalidades e de bens inapropriáveis.

Os opositores do ambientalismo gostam de se apoiar nas teses de Adam Smith, economista escocês considerado pai do liberalismo econômico. Retomando os ideais presentes no clássico A riqueza das nações, eles defendem que as empresas e os indivíduos devem se mover apenas em prol dos seus próprios interesses. O que os discípulos do liberalismo radical preferem ignorar é que seu mestre também escreveu A teoria dos sentimentos morais, onde chama de sábio e virtuoso o homem capaz de sacrificar seus interesses para atender às necessidades maiores de sua comunidade ou nação, por exemplo.

Externalidades e bens inapropriáveis

Externalidades são os impactos (positivos ou negativos) que uma atividade econômica provoca sobre terceiros e que não são considerados no sistema de preços. Para entender esse conceito, vamos começar imaginando um exemplo: a instalação de uma grande loja popular em determinado bairro pode ser benéfica a lanchonetes e ambulantes das redondezas, que poderão aumentar seus lucros vendendo bebidas e petiscos aos clientes da loja (externalidade positiva); por outro lado, o novo empreendimento pode ser péssimo para os moradores da região, que poderão ter seus imóveis desvalorizados com o aumento dos engarrafamentos e do ruído (externalidade negativa).

Esses impactos são chamados de *externalidades* porque não estão *internalizados* no sistema de preços: a loja popular não cobra mais por estar trazendo lucro às lanchonetes, tampouco cobra menos por estar desvalorizando os imóveis dos moradores.

A questão das externalidades torna-se mais complexa quando atinge os chamados *bens inapropriáveis*, isto é, aqueles que não podem ser atribuídos a determinado proprietário, como rios ou florestas. No nosso exemplo, os donos dos imóveis prejudicados pela instalação da nova loja podem se reunir e pedir ressarcimento. Mas a negociação será muito mais difícil caso os danos atinjam a população de uma cidade inteira, um país inteiro – ou, em última instância, do mundo inteiro, como ocorre quando uma empresa lança na atmosfera (um bem inapropriável) gases aceleradores do aquecimento global.

Existem duas formas de eliminar as externalidades:

- Lançando mão de soluções públicas (taxa pigouviana); ou
- Lançando mão de soluções privadas (teorema de Coase).

Analisaremos cada um desses caminhos nos subtópicos a seguir.

Soluções públicas: taxa pigouviana

Entre outras contribuições que deu ao estudo da economia, o inglês Arthur Cecil Pigou foi responsável pelo desenvolvimento do próprio conceito de externalidades. Na verdade, Pigou ampliou o trabalho de um de seus professores, o neoclássico Alfred Marshall; porém, diferentemente dos neoclássicos, Pigou defendia a intervenção do Estado na economia, a fim de corrigir não apenas as externalidades, como também o desemprego e outros problemas.

Segundo Pigou, as atividades que gerassem externalidades positivas deveriam ser subsidiadas, e as que gerassem externalidades negativas, taxadas. Por esse motivo, as taxas aplicadas com tal finalidade são, até hoje, denominadas *taxas pigouvianas*.

O objetivo da taxa pigouviana é “internalizar a externalidade”, ou seja, a partir do momento em que a pessoa ou organização paga a taxa, o custo para terceiros gerado por suas atividades passa a ser considerado no sistema de preços. A lógica é a seguinte: com a aplicação da taxa, os produtos “poluidores” tornam-se mais caros. Espera-se, assim, que o

consumidor troque-os por produtos mais baratos, “ecologicamente corretos”, o que, no fim, obrigará todos os produtores a produzir de forma mais limpa.

No âmbito socioambiental, a taxa pigouviana está intimamente ligada ao chamado princípio do poluidor pagador (PPP), segundo o qual fica a cargo da própria organização poluidora arcar com os prejuízos provocados por seus empreendimentos. De acordo com esse princípio, a empresa deve pagar pelos recursos ambientais que utiliza da mesma forma que paga pelos demais recursos (mão de obra, insumos etc.).

Soluções privadas: negociações propostas pelo teorema de Coase

Em 1960, um ano após a morte de Pigou, o modelo por ele desenvolvido encontrou um forte adversário. No hoje clássico artigo “The problem of social cost” (“O problema do custo social”), o economista inglês naturalizado americano Ronald Coase (que ganhou o Nobel de Economia em 1991) desenvolveu aquilo que mais tarde ficaria conhecido como *teorema de Coase*.

De acordo com o teorema de Coase, desde que os custos de informação e transação sejam nulos ou baixos, as partes envolvidas em um problema de externalidade (ou custo social) acharão, por si mesmas, a melhor autorregulação – independentemente de existir ou não uma regulação jurídica a respeito do problema. Em outras palavras, o teorema prega a negociação de direitos entre as partes; o papel do aparato estatal, nesse caso, não é forçá-las a tomar determinada atitude, mas sim cercá-las das informações necessárias e ampará-las ao buscarem seus direitos, para que os custos de transação não sejam altos demais. Os tribunais devem reconhecer, por exemplo, a obrigação que uma empresa poluidora tem de pagar por danos materiais e morais à comunidade do seu entorno.

Um grande obstáculo à aplicação prática desse teorema é a existência dos já aludidos bens inapropriáveis. As mudanças climáticas e o desgaste da camada de ozônio são prova de que os problemas ambientais não atingem comunidades específicas, mas a humanidade como um todo. E mais: questões aparentemente locais, como o desmatamento e a extinção das espécies, ganham relevância mundial quando entendemos o planeta como um conjunto de ecossistemas interligados. Por isso, a preservação da Amazônia, conhecida como *pulmão do mundo*, não interessa apenas às populações vizinhas, mas a todos os seres humanos.

Com o passar do tempo, outras inconsistências levaram à superação do teorema de Coase. Imagine, por exemplo, uma fábrica de aparelhos de ar-condicionado que emitem CFC. Pois bem. Agora, imagine o que aconteceria se os membros de uma comunidade decidessem exigir uma indenização pelos danos feitos à camada de ozônio por esses produtos. Ora, o dono da fábrica poderia alegar que os próprios cidadãos também poluem, pois compram os aparelhos. Nesse caso, a externalidade é provocada por ambos, empresa e consumidor, tornando a comunidade responsável pelos estragos.

Posteriormente, com a crise do petróleo na década de 1970, intensificou-se a consciência da finitude dos recursos naturais, o que poderia comprometer o bem-estar das próximas

gerações. O Estado, portanto, não deveria ficar de braços cruzados, assistindo à depredação da natureza: cabia ao governo agir, regulando a exploração do meio ambiente. Aos poucos, os impostos pigouvianos ressurgiram, fortalecendo a legitimidade do papel do Estado como interventor na economia.

O princípio poluidor pagador na prática

Hoje em dia, a taxa pigouviana está em alta. Muitos governos adotaram esse mecanismo econômico para limitar o direito de poluir, assegurando o bem-estar social. Até o direito internacional – conjunto de regras que regula as relações entre países – exige que o poluidor arque com os custos da poluição. Em agosto de 1981, o Brasil aprovou a Lei nº 6.938, criando normas para a política ambiental nacional. O princípio do poluidor pagador também constava da nova legislação:

Artigo 4º – A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

[...]

VII – à imposição, ao poluidor, e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos (BRASIL, 1981).

Além de exigir a reparação dos estragos, o princípio do poluidor pagador ganhou novas implicações com a Constituição Federal de 1988. Ela não só pune com multas as organizações que operam fora da lei, mas também propõe o uso ético do meio ambiente, conservando os recursos biológicos para o sustento das próximas gerações:

Artigo 255 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

O professor de direito ambiental Paulo Affonso Machado (1991) apoia esse ponto de vista, reforçando que o pagamento de impostos sobre a poluição não isenta a empresa da responsabilidade de prevenir os danos. Nas suas palavras, ninguém pode dizer "poluo, mas pago" (MACHADO, 1991, p. 197), pois a aplicação do princípio poluidor pagador não substitui os cuidados com a natureza e o bem-estar do ser humano. Logo, não é possível argumentar que o imposto pigouviano compensa a poluição. Não é esse o seu objetivo; ele apenas cobra do responsável as somas necessárias para reparar o estrago ambiental provocado.

Em vez de remediar, cabe às organizações prevenir os impactos negativos de suas atividades, abraçando o princípio da precaução. Para isso, não é preciso eliminar o crescimento econômico, mas sim realizá-lo em bases sustentáveis, medindo os riscos e zelando pelos valores socioambientais.

Em um mundo capitalista, não se deve esperar que as empresas colaborem de forma espontânea a favor da sociedade e do meio ambiente. Seria muito ingênuo contar com a solidariedade empresarial. Por isso, a cobrança de tributos específicos serve para desestimular, por exemplo, a utilização de recursos escassos ou a realização de atividades poluidoras, especialmente quando existem alternativas "verdes". Às vezes, não é preciso proibir as práticas predatórias: basta torná-las menos lucrativas para inibir sua expansão. Logo, o imposto cobrado deve pesar no bolso do empresário; do contrário, a justificativa "poluo, mas pago" continuará encorajando a irresponsabilidade. O incentivo fiscal às iniciativas ecologicamente corretas também é uma opção eficaz, tornando seus produtos e serviços mais competitivos.

A Suécia dá bons exemplos de aplicação do princípio poluidor pagador. O governo sueco cobra impostos altos sobre o enxofre, o que causou cortes de 40% nas emissões em apenas dois anos. Para estimular o uso de combustíveis menos poluentes, o país ofereceu incentivos fiscais expressivos: hoje, eles conseguem fazer frente aos combustíveis fósseis, chegando ao consumidor com preços mais atraentes. A Dinamarca não ficou atrás: os impostos sobre os resíduos prometem dobrar a reutilização dos detritos em menos de uma década. Conhecida como *taxa J*, o imposto cobra do empresário duas vezes o valor do tratamento do entulho. A reciclagem e a reutilização aparecem, então, como alternativas mais econômicas, ditando uma nova lógica: melhor que ser um poluidor pagador é evitar a poluição.

Questões ambientais e economia, segundo os economistas ecológicos

A corrente da economia ecológica surgiu como resposta à concepção *antropocêntrica* do meio ambiente, rejeitando a tese de que a função da natureza é prover os meios necessários ao desenvolvimento do homem. Em vez de defender esse conceito utilitarista de meio ambiente, a corrente ecológica adotou uma postura *ecocêntrica*, argumentando que o ser humano é apenas mais um morador do ecossistema: o cuidado com o seu *habitat*, portanto, seria indispensável para garantir a preservação da própria espécie humana.

Você certamente já ouviu falar no ICMS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços arrecadado pelos Estados brasileiros. Hoje em dia, 13 Estados brasileiros já deram uma nova cara ao tributo, implantando o ICMS ecológico – instrumento econômico que incentiva a preservação ambiental nos municípios. De acordo com as leis desses Estados, os municípios que investem em meio ambiente devem ser premiados com o repasse do ICMS, ganhando recursos para avançar ainda mais rumo à sustentabilidade. Os critérios para determinar o valor do repasse variam de Estado para Estado. O Paraná – pioneiro na implementação do ICMS ecológico – privilegia os municípios onde há áreas de conservação permanente. Para o governo de Pernambuco, as regras são outras: os municípios recebem recursos de acordo com seu desempenho social e ambiental. Em Minas Gerais, o governo estadual avalia os índices de qualidade ambiental dos municípios, beneficiando os mais engajados. Para saber mais, visite o site <www.tributoverde.com.br>.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a economia ecológica foi influenciada por importantes publicações, como o relatório neomalthusiano *Os limites do crescimento* (sobre o qual já falamos nos dois primeiros capítulos) e o livro *The entropy law and the economic process* (*A lei da entropia e o processo econômico*), escrito pelo economista Nicholas Georgescu-Roegen. Publicada em 1971, a obra de Roegen traçava um paralelo entre a física e a economia, mostrando que dois princípios da termodinâmica tinham aplicações econômicas. São eles:

- *Lei da conservação da energia*: o famoso princípio desenvolvido pelo cientista Lavoisier mostra que na natureza nada se perde, nada se cria; tudo se transforma.
- *Lei da entropia*: a energia não pode ser extraída e convertida em trabalho com 100% de eficiência – sempre há uma consequência para o resto do universo.

Ora, não é difícil imaginar como essas leis ajudam a entender os sistemas econômicos. A lei da conservação, por exemplo, prova que o desenvolvimento não vem de graça: ele é alcançado à custa da natureza, cujos recursos são transformados em mercadoria. O princípio da entropia complementa essa ideia, mostrando que as atividades econômicas não são ciclos fechados totalmente eficientes: pelo contrário, os seus efeitos são sentidos na sociedade e no meio ambiente, que frequentemente pagam o ônus do progresso.

Depois da Conferência de Estocolmo, o crescimento econômico irresponsável tornou-se muito impopular. Encurralados, os desenvolvimentistas não tinham alternativa: agarraram a economia ambiental neoclássica como tábua de salvação; afinal de contas, seus princípios não repudiavam os avanços econômicos.

O próprio secretário da Conferência de Estocolmo, Maurice Strong, não via os avanços econômicos como embaraços para a conservação ambiental. Criador do conceito de **eco-desenvolvimento**, o canadense apostava na eficiência econômica aliada à prevenção e à responsabilidade social como saída para os problemas ambientais contemporâneos.

Porém, os preservacionistas não ficaram satisfeitos com as declarações de Strong. Para esse grupo, o desenvolvimento era o grande rival do ambientalismo: seus objetivos eram, portanto, antagônicos. E a sustentabilidade? Segundo os preservacionistas, o conceito de "necessidade" do Relatório Brundtland não deveria ser interpretado como algo engessado. Em outras palavras, as nossas necessidades precisavam se adaptar à quantidade de recursos disponíveis, impondo-se limites, por exemplo, à taxa de natalidade e ao crescimento

Embora alguns autores (como Donaire, 2008) considerem o ecodesenvolvimentismo (ou desenvolvimento sustentável) como uma corrente econômica ambiental à parte, independente da neoclássica, da pigouviana e da economia ecológica, outros (como Romeiro, 2001) acreditam que o substrato teórico dos ecodesenvolvimentistas não deixa de ser a economia neoclássica. Para um estudo mais detalhado sobre o tema, recomendamos a leitura de: ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade? Texto para Discussão, IE/UNICAMP, n. 102, set. 2001.

sado. Em outras palavras, as nossas necessidades precisavam se adaptar à quantidade de recursos disponíveis, impondo-se limites, por exemplo, à taxa de natalidade e ao crescimento

econômico. Pelo menos, era assim que pensavam os neomalthusianos do MIT ao redigir o relatório *Os limites do crescimento*, já comentado neste livro.

Apesar desses primeiros ataques à corrente neoclássica, foi só na década de 1980 que a corrente ecológica se consolidou como sua alternativa teórica. Contribuíram para seu fortalecimento a criação da International Society for Ecological Economics (ISEE), em 1988, e o lançamento da revista *Ecological Economics* no ano seguinte.

Os economistas ecológicos são céticos em relação aos resultados da economia ambiental neoclássica. Em primeiro lugar, eles criticam o tratamento dos recursos naturais como outros tipos de recursos. Para eles, os recursos biológicos merecem cuidados especiais, pois a maioria é finita. Mesmo os renováveis exigem atenção: o solo, por exemplo, pode se tornar estéril quando submetido aos abusos da agricultura. O assoreamento dos rios e a contaminação das reservas hídricas são outro exemplo de que até a água pode se transformar em um recurso escasso.

Além de defender esse tratamento diferenciado para os recursos naturais, a corrente da economia ecológica vê com desconfiança as análises econômicas dos neoclássicos. Para os preservacionistas, a visão dos seus adversários é míope, porque não dá conta do caráter holístico da relação entre homem e meio ambiente: como algumas externalidades só se manifestam a longo prazo, a teoria neoclássica não enxerga essas falhas, comprometendo o atendimento às necessidades das gerações futuras.

Negócios na era da sustentabilidade

Desde a Conferência de Estocolmo, a questão ambiental vem assumindo uma posição de destaque no contexto internacional. Como era de imaginar, os ambientalistas declararam guerra às atividades econômicas irresponsáveis, cobrando modificações radicais.

Impulsionada pelo ambientalismo da década de 1960, a conferência trouxe para o centro das discussões o esgotamento dos recursos naturais, propondo a exploração racional da natureza como alternativa à ação predatória. Ao mesmo tempo, livrou o conceito de meio ambiente do ranço instrumentalista das décadas anteriores: depois de Estocolmo, a natureza não devia mais ser vista como repositório de itens para o progresso, mas como lar da humanidade. Renasceram, assim, as taxas pigouvianas como instrumentos indispensáveis para a correção das falhas de mercado.

Porém, o clima ainda era de incerteza com relação aos efeitos econômicos da nova consciência ambiental. Para muitas empresas, o tema provocava preocupação, pois temiam que as iniciativas ecológicas reduzissem a lucratividade dos negócios.

Publicado em 1987, o Relatório Brundtland tranquilizou os economistas, mostrando que a estagnação do desenvolvimento não integrava a agenda dos ambientalistas. No entanto, algumas mudanças seriam necessárias. De acordo com o documento, a empresa do novo milênio não pode ficar alheia aos problemas sociais e ecológicos dos lugares onde atua.

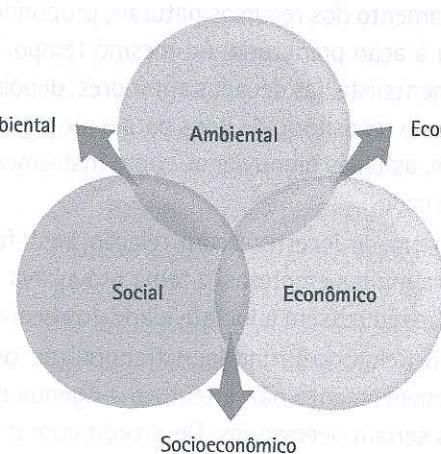
Quando falamos em sustentabilidade, é importante não confundi-la com o conceito de gestão ambiental. A sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável aparece no nível macro, integrando dimensões econômicas, sociais e ambientais. A gestão ambiental é mais específica, pois só determina a forma como a empresa se relaciona com o meio ambiente. Decisões relativas à administração dos recursos naturais e à avaliação dos impactos ecológicos são da alçada da gestão ambiental. Já a sustentabilidade resulta de um olhar mais amplo, pois não engloba apenas as questões ambientais, como você pode ver.

Caracterizada pela responsabilidade, a postura empresarial passou a incluir o monitoramento do impacto de suas atividades sobre a comunidade e o planeta.

Além de tranquilizar os setores econômicos, o relatório encomendado pela ONU alargou a noção de desenvolvimento humano, acrescentando à ideia de **sustentabilidade** ingredientes como direito dos trabalhadores, proteção aos consumidores, governança corporativa, conservação do meio ambiente e melhoria dos índices sociais. E não parou por aí — o Relatório Brundtland também firmou um compromisso entre gerações: o crescimento econômico atual não podia perder de vista o suprimento das necessidades futuras, freando a exploração dos recursos naturais quando preciso.

Como vimos no capítulo anterior, na década de 1990 o caráter abrangente da sustentabilidade foi reforçado pelo pensador britânico John Elkington, que cunhou a expressão *triple bottom line*. Para Elkington, só faz sentido pensar em desenvolvimento sustentável quando aspectos ambientais, sociais e econômicos são levados em conta. Ao observar a Figura 3.1, você identificará o tripé proposto pelo pensador, bem como as articulações que podem resultar dessa integração.

Figura 3.1 As articulações que podem resultar do *triple bottom line*.



Cunhada pelo Relatório Brundtland, a expressão *desenvolvimento sustentável* caiu no gosto da mídia, mas sua implantação na prática ainda é lenta. Sob constante pressão de atores governamentais e civis, as empresas alegam que precisam de tempo para se adaptar às novas exigências. A princípio, algumas organizações mais ressabiadas desconfiavam que o alvoroço em torno da questão socioambiental era uma moda passageira e, por isso, pouco fizeram para reformular suas práticas.

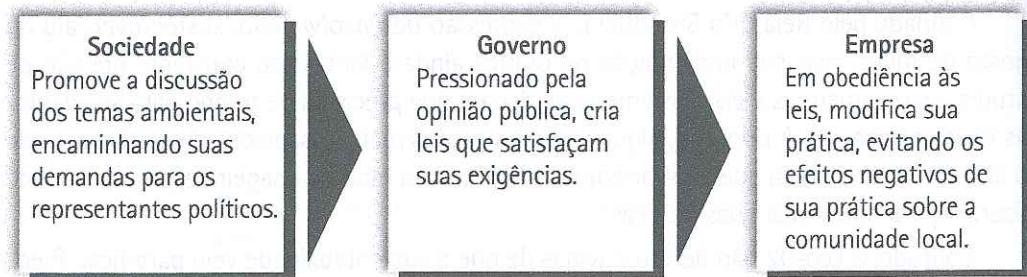
Contudo, a Eco-92 não deixou dúvidas de que a sustentabilidade veio para ficar. Preocupado com sua dimensão econômica, Maurice Strong, secretário-geral do encontro (como vimos no início deste capítulo, ele também havia liderado o evento de Estocolmo), pediu que o empresário suíço Stephan Schmidheiny conduzisse a participação das corporações. As discussões foram tão enriquecedoras que Schmidheiny não parou por aí. Três anos depois, ele fundou o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council on Sustainable Development – WBCSD*), já prevendo que o mundo dos negócios não ficaria imune ao debate ambiental.

Na contramão do pessimismo econômico, Schmidheiny identificava no desenvolvimento sustentável uma oportunidade imperdível. Por isso, decidiu usar o WBCSD para orientar a atuação empresarial. Suas recomendações atraíram mais de 200 organizações, transformando o conselho em um fórum de debate sobre o potencial econômico das práticas sustentáveis. Hoje, mais de 30 países e 20 setores industriais participam de suas reuniões, trocando experiências e amadurecendo ideias para um desenvolvimento responsável. Sua expansão foi inevitável — hoje, o conselho está espalhado pelo mundo, alcançando 60 países. O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) é um dos braços do WBCSD.

Com o passar dos anos, o conselho consagrou-se como um dos principais espaços para o debate sobre o desenvolvimento sustentável e suas implicações econômicas. Suas contribuições têm se pautado nos seguintes objetivos:

- promover a reflexão conjunta sobre como os negócios devem contribuir para a sustentabilidade;
- criar normas para orientar o crescimento sustentável das atividades econômicas;
- contribuir para que empresas nos países emergentes abracem práticas sustentáveis, rejeitando os moldes tradicionais de desenvolvimento predatório;
- divulgar as conquistas do setor econômico no âmbito da sustentabilidade.

O cumprimento dessas metas não depende exclusivamente da ação empresarial. O governo e a sociedade civil também são peças indispensáveis para o êxito do desenvolvimento sustentável. Aliás, as regras que ditam a atuação responsável das organizações são produzidas justamente no diálogo entre os três, como mostra o esquema a seguir.



O sucesso empresarial depende, em grande parte, da qualidade do diálogo com a sociedade e o governo. No contexto atual, a criação de vínculos com ONGs, por exemplo, ajuda a construir uma imagem positiva da corporação, melhorando sua relação com a comunidade local e aumentando os lucros. Ao contrário do que pregavam os economistas conservadores, o cuidado com o meio ambiente não é um entrave para o progresso, mas uma vantagem competitiva capaz de incrementar os negócios.

Desafios socioambientais e o papel da empresa

Segundo Fernando Almeida (2005), ex-presidente executivo do CEBDS, ainda não há consenso com relação à sustentabilidade ambiental. De um lado, os ambientalistas radicais argumentam que preservação e desenvolvimento são práticas antagônicas, metas que não podem ser conciliadas. Do outro, os economistas tradicionais defendem o progresso imediato a qualquer custo, negligenciando a causa ambiental.

Felizmente, a Rio+10, conhecida como Cúpula de Johannesburgo, mostrou que o zelo com a natureza não exclui o crescimento econômico. Dez anos depois da Eco-92, a África do Sul sediou o encontro, onde foram avaliados os avanços produzidos na década. Para surpresa de muitos, o meio ambiente não ocupou sozinho o foco das discussões: temas como a educação, os negócios e a erradicação da pobreza também estavam em pauta.

Do ponto de vista tradicional, a reunião sul-africana parecia uma grande confusão. Para os conservadores, misturar temas tão diversos ampliava demais o escopo dos debates, impedindo que as discussões ganhassem profundidade. Os ataques não pegaram os organizadores de surpresa. Afinal, como a natureza sempre foi tratada como um tema à parte, eles não esperavam que a sociedade reconhecesse de uma hora para outra sua ligação com questões políticas, econômicas e sociais.

A Cúpula de Johannesburgo atraiu aproximadamente cem chefes de Estado e mais de 15 mil participantes da sociedade civil. Além de retomar a discussão sobre a Agenda 21 e outras resoluções ambientais produzidas na Eco-92, os conferencistas também participaram do *Dia de Negócios* (*Business Day*), ocasião em que discutiram a exploração sustentável dos recursos naturais.

Preocupados com os índices socioeconômicos do Terceiro Mundo, os economistas apoiaram a *sobrevivência sustentável*, conceito que prevê a erradicação da pobreza e a ampliação do consumo em bases ecologicamente responsáveis. Os participantes sugeriram, entre outras coisas, que as empresas deveriam facilitar o acesso dos mais pobres aos seus produtos e serviços, barateando seus preços nas comunidades mais carentes.

Para os participantes da Cúpula de Johannesburgo, já era hora de converter os bilhões de pobres no mundo em consumidores, aumentando seu poder aquisitivo. Para tanto, era preciso combater sete inimigos principais:

1. *A fome e a miséria*: o desenvolvimento sustentável só se tornará realidade quando não houver pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, isto é, ganhando menos de um dólar por dia.
2. *Falta de acesso à educação primária*: milhões de crianças não vão à escola regularmente, ficando à margem das melhores oportunidades de trabalho.
3. *Desigualdade entre os gêneros*: a tradicional opressão à mulher deixou marcas. Estudos mostram que, em pleno século XXI, as desigualdades de gênero ainda estão presentes, condenando mulheres a condições de vida e consumo inferiores àquelas usufruídas pela maioria dos homens.
4. *Mortalidade infantil*: a miséria e a falta de recursos condenam à morte milhões de crianças com menos de cinco anos.
5. *Mortalidade perinatal*: a ausência de recursos também impede que milhões de crianças venham ao mundo.
6. *Doenças contagiosas*: a Aids, a malária e outras doenças contagiosas têm feito avanços preocupantes pelo mundo, gerando graves problemas sociais. A África do Sul, por exemplo, é um dos países mais atingidos. Entre seus 48 milhões de habitantes, cinco milhões já estão infectados pelo vírus HIV.
7. *Falta de acesso à água potável*: a água, bem indispensável para a saúde do ser humano, está em falta. Mais de um bilhão de pessoas não tem acesso à água potável. As expectativas não são das melhores: estima-se que 45% da população mundial não terá acesso a esse recurso em 2050.

Como você acabou de ver, os inimigos do desenvolvimento não são fáceis de combater. A sua derrota depende de uma aliança global, em que governos, empresas e comunidades de todo o mundo se comprometam com a solução desses problemas.

Há uma extensa lista de medidas que as empresas podem adotar para tornar suas atividades mais sustentáveis. Você vai conhecer agora duas frentes em que atitudes responsáveis podem fazer toda a diferença na mitigação dos efeitos negativos do progresso.

Cuidados com os ecossistemas: o conceito de ecoeficiência

De acordo com os especialistas, a humanidade chegou a um momento decisivo de sua história. Se a economia mundial continuar crescendo no mesmo ritmo da última década, o planeta não suportará a demanda por recursos naturais já em 2050. Isto é, em poucas décadas, o homem enfrentará a escassez de itens indispensáveis à sua existência. A não ser que algo seja feito a respeito.

Obviamente, o controle de natalidade é inevitável se quisermos evitar as consequências previstas para as próximas décadas. Afinal, as taxas de crescimento demográfico – especialmente no Terceiro Mundo – não são compatíveis com a fome e a falta de recursos hídricos que já existem. Entre 1975 e 2000, já foi registrado um avanço importante: o número de filhos por mulher caiu de quatro para três.

Além de controlar o crescimento populacional, é necessário distribuir renda, diminuindo as disparidades que separam ricos e pobres. Trata-se de um objetivo desafiador, uma vez que as desigualdades são profundas, como mostra Fernando Almeida:

De acordo com os critérios do Banco Mundial, o mundo é hoje constituído por 78% de pobres (*renda per capita* inferior a US\$ 3.470), 11% de pessoas de ganho médio e 11% de ricos (*renda per capita* anual superior a US\$ 8.000). Isso significa que os 50 milhões mais ricos recebem o mesmo que os 2,7 bilhões mais pobres (2005, p. 127).

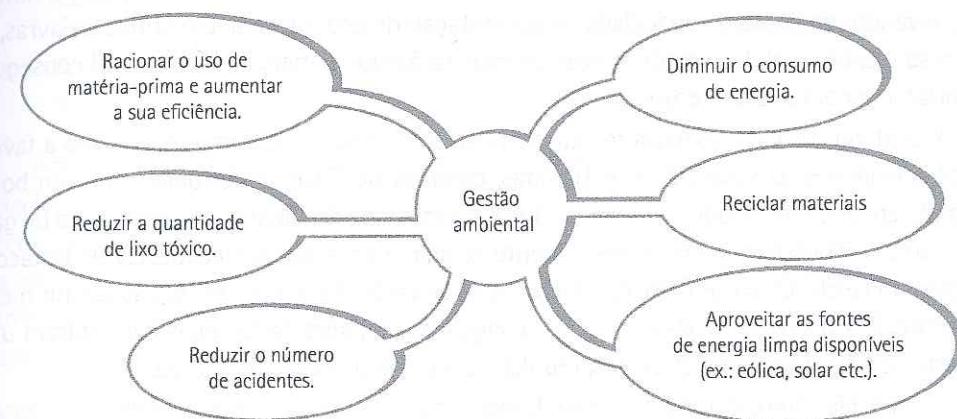
Não restam dúvidas de que as estatísticas são alarmantes do ponto de vista social. Porém, por que seria interessante dar poder de compra aos pobres justamente agora, quando os recursos naturais já beiram o esgotamento? Se a situação já é crítica, o que acontecerá ao meio ambiente se mais pessoas puderem consumir?

Ora, o problema não é a *quantidade*, mas sim a *qualidade* do consumo. O planeta entraria em colapso, por exemplo, se a população chinesa – que hoje ultrapassa a casa do um bilhão – imitasse os hábitos norte-americanos. A solução aqui não é negar aos chineses o direito de consumo, mas ensinar a eles (e aos norte-americanos) a consumir com eficiência.

O conceito de ecoeficiência é mais um fruto do WBCSD nas últimas décadas. Inspirada pela ideia de sustentabilidade do Relatório Brundtland, a ecoeficiência não pressupõe redução no consumo, mas sim o uso eficiente dos recursos naturais. A nova prática implica explorar o ecossistema de forma responsável, diminuindo os impactos econômicos e ambientais da produção. Observe que os benefícios não se restringem à conservação ambiental, mas abrangem também o desempenho econômico dos negócios.

O paradigma da ecoeficiência acrescenta novas estratégias, aliando corte de custos, redução do uso de recursos e aumento dos lucros, como mostra a Figura 3.2.

Figura 3.2 As várias estratégias que compõem o paradigma da ecoeficiência.



Além de eliminar gastos com pagamento de indenizações e multas, as iniciativas apontadas na Figura 3.2 melhoraram o relacionamento da empresa com a mídia e os órgãos de monitoramento ambiental. Graças à conscientização ecológica, as organizações sustentáveis também têm sido premiadas pela própria sociedade, que passa a privilegiar cada vez mais os produtos "verdes" em sua lista de compras.

Existem ainda muitas outras formas de colaborar com a causa ambiental. O uso moderado da água e a exploração responsável dos recursos florestais e minerais são alguns exemplos de como reduzir o impacto ambiental das atividades econômicas. Sem sombra de dúvida, a ecoeficiência inaugurou uma fase de inovação no mundo dos negócios.

Não é simples fazer parte dessa nova era de gestão. Em primeiro lugar, a empresa precisa entender o ecossistema onde atua, evitando a extração predatória dos recursos biológicos. A condução consciente de suas atividades beneficia não apenas a comunidade e as espécies – que dependem da biodiversidade –, mas também a saúde dos negócios, garantindo sua viabilidade a longo prazo.

Infelizmente, a ecoeficiência não integra a política ambiental de todas as empresas. Entusiasmadas com a possibilidade de lucros imediatos, muitas empresas provocaram danos irreversíveis no meio ambiente, prejudicando o planeta e a si mesmas, como mostra o exemplo dado por Fernando Almeida:

[...] o uso atual dos ecossistemas vem determinando uma redução de sua capacidade produtiva. Estão hoje em processo de extinção 26.000 plantas, 1.100 mamíferos, 1.200 aves e 700 peixes de água doce. Um triste exemplo de superutilização aconteceu no Estado do Rio de Janeiro com a sardinha, que foi extinta na Baía de Guanabara. Com ela desapareceu a indústria de beneficiamento do estado. O setor privado tem, portanto, todo interesse na preservação da base natural. Muitos produtos e serviços dos ecossistemas não podem ser substituídos a preços competitivos (2005, p. 130).

Ao contrário do que fizeram as antigas beneficiadoras de sardinha fluminenses, a organização ecoeficiente busca minimizar os efeitos negativos de suas atividades sobre a natureza, levando em conta a capacidade de sustentação do ecossistema. Em outras palavras, a empresa responsável deve medir o nível de exploração que o meio ambiente local consegue suportar, impedindo o seu esgotamento.

A criatividade, característica marcante da área empresarial, já vem sendo usada a favor do desenvolvimento sustentável. A Liquigás, empresa do Sistema Petrobras, deu um bom exemplo em 2009. Ganhadora do Prêmio Responsabilidade Ambiental, a distribuidora de gás mostrou que é possível combinar crescimento econômico e sustentabilidade. Ela se destacou graças ao Projeto Efluente Zero, que eliminou o descarte dos efluentes industriais no meio ambiente. Em vez de despejá-los nos rios e lagos, as unidades da Liquigás construíram um sistema de tratamento dos efluentes, reutilizando-os no processo produtivo.

O papel eletrônico é outra boa ideia. Também conhecido como tinta eletrônica, ele busca substituir o papel derivado da celulose, permitindo que o usuário leia, apague ou altere conteúdos sem desperdícios. Embora não seja popular no Brasil, a nova tecnologia está disponível nas prateleiras de lojas estrangeiras, revelando-se uma possível alternativa aos livros e revistas convencionais. As assinaturas e as compras passam a ser feitas on-line, preservando os direitos dos autores sobre suas obras.

O sucesso dessas alternativas prova que meio ambiente e desenvolvimento não são inimigos, como alguns argumentam. Afinal, a natureza é a maior aliada que uma empresa pode ter — é daquela que esta extraia a energia e a matéria-prima indispensáveis para suas atividades econômicas. Respeitar o ecossistema é, portanto, essencial para garantir o êxito de um empreendimento.

Cabe aos governos estimular o desenvolvimento sustentável, não deixando impunes as empresas que negligenciam o cuidado com o planeta. Os impostos são uma boa forma de exercer pressão nesse sentido, exigindo-se contribuições mais pesadas das organizações que não se comprometem com a causa ambiental.

Em muitos casos, as ONGs passam à frente das autoridades e encontram outras formas de punir os vilões ambientais. As madeireiras da Indonésia pagaram caro pelo desmatamento irresponsável, como revela o presidente da Sustainable Business Strategies, Andrew Savitz:

Nas florestas tropicais de Bornéu, na Indonésia, a indústria madeireira sempre foi objeto de controvérsias. Madeiras nobres são abundantes na região e o lucro decorrente de sua extração é importante para a população local. Mas a exploração de madeira, como qualquer outra indústria extractiva, pode ser destrutiva sob os pontos de vista ambiental e econômico. As empresas do setor, por vezes mais preocupadas com os resultados imediatos do que com o crescimento duradouro, não raro desmatam de maneira impiedosa áreas tão extensas que a recuperação é quase impossível. Ao irem embora, as empresas deixam no desamparo, de uma hora para outra, milhares de trabalhadores locais desempregados e grandes áreas quase desérticas, desprovidas das espécies vegetais e animais que um dia constituíram a seiva

dessas regiões. (Como o geógrafo e biólogo Jared Diamond documentou em seu best-seller *Collapse*, o desmatamento tem sido importante fator de decadência econômica e social de várias civilizações humanas avançadas.) Em consequência, grupos ambientais diversos, como Rainforest Action Network e Greenpeace International, têm promovido o boicote da exploração de madeira na Indonésia (2007, p. 86).

Após sofrerem graves perdas financeiras, algumas madeireiras entenderam que o bom relacionamento com a comunidade e o meio ambiente tornou-se um fator competitivo no século XXI, podendo incrementar ou inviabilizar seus negócios. Os indicadores financeiros da empresa não são o bastante para determinar sua reputação; o investidor contemporâneo também está interessado nos relatórios socioambientais. Não há outra saída: hoje, a chave para o êxito empresarial duradouro é a sustentabilidade.

Cuidados com energia e clima

A eficiência energética é um dos pontos críticos do desenvolvimento sustentável. Como a queima de combustíveis fósseis é incoerente com as necessidades do planeta, a procura por fontes de energia limpa promete manter os especialistas dessa área ocupados durante o século XXI. Além disso, o petróleo e o carvão mineral estão com os dias contados, tornando ainda mais urgente a substituição da matriz energética atual.

Algumas alternativas estão sendo estudadas. As hidrelétricas, por exemplo, são as principais fontes de energia no Brasil. Embora sejam muito menos poluentes que as termoelétricas a óleo ou carvão, elas provocam o alagamento de áreas extensas, abrindo feridas profundas no ecossistema local. A energia eólica e a solar também são opções interessantes onde há boa incidência de ventos e luz do sol, respectivamente.

Porém, a esperança do século XXI já tem nome: chama-se *biomassa*. O conceito serve para definir o conjunto de elementos vivos em um ecossistema, incluindo espécies vegetais e animais. O termo vem sendo usado também para designar os recursos naturais renováveis utilizados como fonte de energia, tais como, por exemplo, os biocombustíveis.

Os chamados biocombustíveis são a grande promessa do futuro. Afinal de contas, eles são baratos e menos poluentes que o petróleo e o carvão, grandes vilões do aquecimento global.

Sua renovação é bem mais rápida e simples que a dos combustíveis fósseis. Imagine, por exemplo, um carnaval. A cana de açúcar é cortada para produção do etanol. A queima do biocombustível libera CO₂, que é absorvido pela planta para fazer fotossíntese. Como se vê, esse ciclo é extremamente sustentável, pois neutraliza o gás poluente emitido pela combustão.

No entanto, o desmatamento pode colocar tudo a perder. Considerado o maior produtor de etanol do mundo, o Brasil já deu mau exemplo nessa área, pois muitas florestas nativas foram derrubadas para abrir espaço para a produção de cana. Como as árvores liberaram

CO_2 ao morrer, a plantação de canaviais desequilibrou o ecossistema, comprometendo a sustentabilidade do negócio. Logo, o biocombustível só é uma alternativa "verde" quando acompanhado de um rígido controle do desmatamento.

Como derivam de recursos abundantes, os biocombustíveis envolvem custos muito inferiores aos de extração e refinamento de petróleo, tornando o preço do produto competitivo. Hoje, já é possível obtê-los a partir de diversos vegetais, como a soja, a cana-de-açúcar, a beterraba e o milho.

Há ainda outra fonte de energia que vem se destacando: o lixo. Não é para menos – alguns anos atrás, certamente ninguém desconfiaria de que os nossos detritos pudessem ser tão úteis. Aliás, a utilização do lixo "mata dois coelhos com uma cajadada só": dá um destino útil para os rejeitos urbanos e industriais e ajuda a solucionar a crise energética. Obviamente, não se trata de um recurso escasso, uma vez que a produção de detritos cresce a cada dia, dificultando seu armazenamento. Os custos envolvidos também são animadores, tornando o lixo uma opção muito atraente. Muitas pessoas também encontraram nos detritos um meio de vida; hoje, já existem cooperativas de catadores que sobrevivem com o dinheiro que recebem em troca dos rejeitos que, em seguida, são submetidos à reciclagem.

Desde que começou a ser produzido no Brasil, o etanol revitalizou a indústria canavieira. Sua utilização como combustível para automóveis tende a se popularizar nos próximos anos, reduzindo a dependência nacional do petróleo. Apesar das inúmeras vantagens do biocombustível brasileiro, a aumento das exportações do país tem enfrentado obstáculos comerciais. O protecionismo tem sido o seu maior inimigo, restringindo a entrada do etanol por meio de barreiras não tarifárias. Os outros países – especialmente os desenvolvidos – apresentam três justificativas principais para impedir a entrada do biocombustível brasileiro:

1. apoiados nos argumentos da Food and Agriculture Organization (FAO), muitos países rejeitam o etanol por acreditar que sua produção inibe o fornecimento de alimentos, destinando as safras para o desenvolvimento do combustível;
2. as péssimas condições de trabalho nos canaviais brasileiros também contribuem para a reaprovação internacional do nosso etanol;
3. há uma crescente preocupação com a expansão das fronteiras agrícolas brasileiras. Acredita-se que a aceleração das atividades agrícolas para suprir o mercado de bio-combustível pode estimular o desmatamento de florestas nativas.

Embora muitas críticas estrangeiras realmente tenham fundamento, vários economistas brasileiros desaprovam a imposição de barreiras ao etanol. Em primeiro lugar, eles alegam que é importante reconhecer o esforço nacional em prol da substituição dos combustíveis fósseis, cuja queima colaborou bastante para a aceleração das mudanças climáticas atuais.

Aliás, o aquecimento global é um dos fatores que intensificou o debate sobre o desenvolvimento sustentável. Os efeitos já presentes do aumento de temperatura planetária ameaçam a estabilidade internacional. Estima-se que a intensificação das catástrofes ambientais, aliada à elevação do nível dos mares, multiplicará o número de refugiados,

provocando impactos socioeconômicos preocupantes. Imagine o que acontecerá quando diversas regiões costeiras do planeta estiverem submersas. De acordo com a previsão dos ambientalistas, as ondas migratórias serão um grave problema, surtindo efeitos negativos na economia mundial.

Apesar do quadro alarmante, a situação trouxe também novas oportunidades para a economia privada. O mercado de carbono inaugurado pelo Protocolo de Quioto oferece oportunidades imperdíveis para que as empresas terceiro-mundistas combinem conservação ambiental e aumento da lucratividade, por exemplo.

Negócios, mercados e o meio ambiente

Não há como negar que a consciência ambiental do século XXI vem modificando profundamente as práticas empresariais. A avaliação do desempenho das organizações – antes medido com base em dados financeiros – agora sofre oscilações, dependendo dos impactos ecológicos e sociais de suas atividades.

Aliada às novas demandas sociais, a conscientização ambiental alterou definitivamente o mundo dos negócios. Graças à globalização, o comércio internacional tornou-se mais competitivo, inundando as lojas com inúmeras opções para o consumidor. Por isso mesmo, o comprador do novo milênio já está lançando mão do seu crescente poder de escolha. Veja como o professor Takeshy Tachizawa prevê os padrões de consumo no novo milênio:

E qual será o perfil desse consumidor? O consumidor do futuro, inclusive no Brasil, passará a privilegiar não apenas preço e qualidade dos produtos, mas, principalmente, o comportamento social das empresas fabricantes desses produtos. Como resultado dessa tendência, o conceito de gestão das organizações que privilegie a configuração organizacional por segmento de clientes é uma perspectiva muito forte e assim deverá continuar. O cliente continuará a penetrar cada vez mais na empresa, numa escala progressiva, na qual a solicitação do cliente sinalizará as decisões do executivo nas empresas (2010, p. 3).

O cliente está cada vez mais exigente. Referências como o preço e a marca deixaram de ser os únicos critérios de compra. O consumidor contemporâneo quer saber mais sobre o fabricante; ele procura descobrir, entre outras coisas, se a empresa combate o trabalho infantil, adota práticas de reciclagem ou promove o reflorestamento. Por isso, os selos estão se tornando cada vez mais populares. O selo verde, em especial, tornou-se um importante rótulo ecológico, influenciando a aceitação dos produtos no mercado.

A empresa do século XXI também terá de responder às contínuas reivindicações dos investidores e da sociedade por transparência. A tendência é que as comunidades e os acionistas cobrem mais satisfações, interferindo na forma como as organizações conduzem seus negócios. Por isso, os novos líderes devem se acostumar com a ampla divulgação dos efeitos

socioambientais das suas atividades. Atentas às exigências atuais, milhares de empresas já apresentam relatórios periódicos de sustentabilidade.

A evolução da questão ambiental também gerou um novo nicho de mercado: compradores dispostos a pagar mais caro por produtos ecologicamente corretos. Tachizawa (2010), por exemplo, mostra que, segundo a pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 68% dos brasileiros já aceitam gastar mais para não agredir a natureza. Para garantir a fidelidade do novo grupo, as empresas terão de equilibrar seus objetivos econômicos com as necessidades do planeta, entendendo que a sustentabilidade não é mero capricho, mas um novo diferencial competitivo.

Novamente, o professor Tachizawa destaca a importância do crescimento responsável, mostrando que cuidado com o meio ambiente e lucratividade estão longe de serem adversários:

A 3M, por exemplo, deixou de despejar, desde 1975, 270 mil toneladas de poluentes na atmosfera e 30 mil toneladas de efluentes nos rios, e está conseguindo economizar mais de US\$ 810 milhões combatendo a poluição nos 60 países onde atua. Outra empresa, a Scania Caminhões, contabiliza economia em torno de R\$ 1 milhão com programa de gestão ambiental, que reduziu 8,6% no consumo de energia, 13,4% no de água e 10% no volume de resíduos produzidos apenas no ano de 1999 (2010, p. 6).

Criado em 1999, o Índice Dow Jones de Sustentabilidade foi pioneiro no setor financeiro. Seu surgimento atendeu à necessidade de investidores, conjugando sustentabilidade e desempenho econômico em um único parâmetro. Atualmente, 320 empresas compõem o índice.

Quando pensamos no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, é importante lembrarmos que ele não valoriza apenas a proteção ambiental. Além dos cuidados com a natureza, a empresa que integra o índice também deve promover programas voltados para o desenvolvimento econômico e social. Para os idealizadores do novo índice, o desempenho dos negócios pode ser quantificado de acordo com os impactos econômicos, sociais e ambientais gerados, agregando mais valor às ações das companhias sustentáveis.

Em 2008, a revisão anual do Dow Jones incluiu oito empresas brasileiras no índice de sustentabilidade – Aracruz, Bradesco, Itaú Holding Financeira, Cemig, Itaúsa Investimentos, Petrobras, Usiminas e Votorantim Celulose e Papel (VCP) assumiram uma posição privilegiada no mercado financeiro internacional.

Infelizmente, a humanidade precisou experimentar terríveis catástrofes naturais para compreender a importância da proteção ao meio ambiente. Negligenciada durante muitos anos, a conservação da natureza precisou esperar até agora para ser incorporada pelo planejamento financeiro e estratégico.

Enfim, não se define mais o patrimônio empresarial com base apenas na avaliação dos seus equipamentos e imóveis. Valores como reputação, credibilidade e responsabilidade socioambiental prometem definir o sucesso das grandes empresas do século XXI. A gestão ambiental sustentável entra como um fator decisivo, aumentando a competitividade no novo mundo dos negócios.

SAIU NA IMPRENSA

EMPRESAS GASTAM R\$ 1,2 BI PARA NÃO SER VILÃS AMBIENTAIS

Mariana Viveiros
Aureliano Biancarelli
da Folha de S.Paulo

Na última década, elas ganharam destaque na mídia pelo envolvimento em grandes casos de contaminação e poluição. Mas Rhodia, Solvay, Petrobras, Shell e Carbocloro (três indústrias químicas e duas petrolíferas) querem superar a imagem de vilãs e, para isso, contam com investimentos em projetos ambientais e na "política da boa vizinhança" que giram em torno de 1% de seu faturamento anual, ou seja, cerca de R\$ 1,2 bilhão – 50% mais que o total gasto no ano passado pelo Ministério do Meio Ambiente. Além de aprimorar, otimizar e tornar mais seguros seus processos de produção e operação e de implantar programas de uso racional de insumos como água e energia, as empresas patrocinam iniciativas de ONGs e do poder público, fecham convênios com universidades, desenvolvem projetos de educação ambiental e têm "portas abertas" para os que queiram conhecê-las de perto.

Entretanto, se, por um lado, dizem estar conseguindo melhorar a imagem, ainda estão longe de convencer os ambientalistas de suas boas intenções.

Os principais questionamentos são por conta do excesso de marketing em cima das ações pró-ambiente, que são consideradas insuficientes, e da negligência, por outro lado, na remediação de passivos ambientais e na indenização de trabalhadores e comunidades afetados.

Depois de quase 20 anos, nenhum dos casos de contaminação a que as entrevistadas têm seus nomes ligados teve solução.

Às críticas, os responsáveis pela área ambiental das indústrias respondem dizendo que o percentual por elas investido está dentro dos padrões internacionais (que variam entre 0,5% e 1% do faturamento); que a demora na solução se dá por dificuldades técnicas e pela necessidade de ter sempre licenças prévias dos órgãos de controle; e que o setor empresarial está hoje fazendo o máximo – dentro do que é econômica e tecnologicamente viável – para ser ambientalmente correto.

Percepção de valores

"Você vê todos preocupados com a ecoeficiência. Podem até dizer que o processo poderia ter maior abrangência, maior velocidade, mas, se ele existe, é porque um valor foi identificado", diz Rui Fonseca, gerente-executivo de Meio Ambiente da Petrobras.

A empresa é a eterna campeã em multas ambientais e ré em uma das maiores ações do país – pelo derramamento de cerca de 4 milhões de litros de óleo no rio Iguaçu (PR). Ocupa, por outro lado, o segundo lugar no "ranking" de investimentos: 1,1% da receita, o que, segundo Fonseca, é percentual similar ao destinado a pesquisa e desenvolvimento. "Quem está de fora vai sempre achar que a indústria pode fazer mais, mas ela vai fazer o que considera necessário e suficiente porque os recursos não são infinitos" diz Arpad Koszka gerente de Desenvolvimento Sustentável e Qualidade da Solvay. A empresa, apontada como responsável pela contaminação por substâncias cancerígenas de 100 mil toneladas de cal na área de proteção de mananciais de Santo André (Grande SP), destina 0,6% do faturamento a projetos ambientais – o que é quase um terço do total de investimentos anuais.

Solvay, Rhodia e Carbocloro lembram que a indústria química tem no programa Atuação Responsável seu maior "cobrador ambiental". Criado no Canadá, em meados dos anos 1980, e implantado no Brasil a partir de 1992, ele dá a seus associados diretrizes de gerenciamento ambiental.

"Visa também mostrar para a sociedade as melhorias, porque não adianta fazer investimentos sem que haja o conhecimento do público. Imagem é um valor para qualquer empresa", diz Koszka.

Além dos projetos externos, boa parte dos investimentos ambientais estão atrelados à expansão e ao crescimento das indústrias, segundo o porta-voz da Rhodia, Eduardo Octaviano. A introdução de tecnologia limpa é o que torna a empresa competitiva, diz. Responsável pela deposição irregular de 12 mil toneladas de lixo industrial tóxico na Baixada Santista, a Rhodia investe 1% do faturamento em ambiente.

A busca por melhores tecnologias esbarra às vezes, porém, no custo – mesmo que adotá-las signifique, no caso da Carbocloro, livrar-se dos perigos de lidar diariamente com uma grande quantidade de mercúrio. A empresa justifica que é preciso ainda amortizar os investimentos feitos na atual planta para só então gastar os US\$ 600 milhões que, sustenta, custará o processo mais limpo.

Enquanto isso, é "campeã" no percentual de faturamento gasto com o ambiente (1,9%), mas também enfrenta problemas para dar uma destinação adequada a 200 mil litros de terra contaminada que chegou a depositar no aterro de lixo doméstico de Cubatão.

Mesmo diante da possibilidade de gastar muito com a melhoria de processos e cuidados ambientais, prevenir ainda parece ser melhor que remediar. É o que diz Luiz Maneschy, gerente de meio ambiente da Shell.

Apesar de não divulgar quanto espera gastar com seus dois sítios contaminados em São Paulo (Vila Carioca, na capital, e Paulínia, no interior), a Shell vai desembolsar R\$ 25 milhões só em Paulínia. A empresa gasta cerca de R\$ 53 milhões em projetos ambientais, 0,5% do faturamento.

Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u69030.shtml>>.

1. Por que você acha que as grandes vilãs ambientais estão reavaliando suas práticas?
2. Que medidas estão sendo tomadas para tornar essas empresas mais ecoeficientes?
3. Por que a ecoeficiência melhora a imagem das empresas?
4. De acordo com os neoclássicos, como a incorporação das externalidades apontadas no texto ajudou a equilibrar o mercado?

NA ACADEMIA

■ Com o auxílio da Internet, jornais e revistas, procure informações sobre três empresas brasileiras ecoeficientes. Em seguida, descubra o que elas têm feito para mitigar o impacto ambiental de suas atividades e como sua nova postura influenciou os negócios. Prepare-se para apresentar os exemplos para os seus colegas.

Pontos importantes

- A corrente econômica ambiental neoclássica apoia-se no liberalismo econômico defendido pelos clássicos. Para eles, não cabe ao Estado intervir em questões econômicas, pois o mercado é capaz de se autorregular. Porém, os neoclássicos reconheciam a existência de falhas de mercado, entre elas as externalidades.
- Externalidades são impactos (positivos ou negativos) que uma atividade econômica provoca sobre terceiros e que não são considerados no sistema de preços. As externalidades tornam-se particularmente difíceis de contornar quando atingem bens inapropriáveis, isto é, aqueles que não podem ser atribuídos a determinado proprietário, como rios ou florestas.
- Existem duas formas de lidar com as externalidades: lançando mão de soluções públicas ou privadas. A primeira via consiste em estabelecer a taxa pigouviana, isto é, uma taxa sobre o processo produtivo causador da externalidade, com o objetivo de "internalizar" a externalidade no sistema de preços. A segunda via consiste em aplicar o teorema de Coase, segundo o qual as partes envolvidas na externalidade podem e devem negociar até chegar à autorregulação, desde que os custos de informação e transação sejam mantidos em um nível nulo ou muito baixo.
- Inspiradas pela publicação de teses neomalthusianas, a corrente econômica ecológica encarava o desenvolvimento e a preservação ambiental como objetivos incompatíveis. Para os preservacionistas, o crescimento econômico deve ser sacrificado em nome das gerações futuras, evitando-se o esgotamento dos recursos naturais indispensáveis à sobrevivência humana.
- A WBCSD é o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, espaço onde são discutidas as diretrizes que vão orientar as organizações rumo à sustentabilidade.

- A diversidade dos temas abordados na Cúpula de Johanesburgo fortaleceu a ideia de que o desenvolvimento sustentável depende da solução de problemas econômicos, políticos e sociais. Em vez de solucioná-los isoladamente, os conferencistas propõem uma ação integrada, envolvendo governo, sociedade civil e empresas.
- O conceito de ecoeficiência designa práticas ecologicamente responsáveis, que buscam minimizar seus efeitos negativos sobre o meio ambiente. A empresa ecoeficiente promove o uso equilibrado dos recursos naturais, evitando o seu esgotamento e a inviabilização dos seus negócios.
- Graças à globalização e ao aumento da competição, o consumidor dispõe de um crescente poder de escolha. Muitos clientes pelo mundo afora já estão lançando mão do seu novo poder para pressionar as organizações: na hora de comprar um produto, eles levam em conta não apenas a marca e o preço, mas também a sustentabilidade do seu processo produtivo.

Referências

- ALMEIDA, Fernando. Negócios. In: TRIGUEIRO, André (Org.). *Meio ambiente no século 21*. Campinas: Armazém do Ipê, 2005. p. 123-141.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.
- _____. Política Nacional do Meio Ambiente. Decreto-Lei nº 6.938, 31 de agosto de 1981. Brasília, DF, 1981.
- DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: RT, 1991.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Economia ou economia política da sustentabilidade?* Texto para Discussão, IE/UNICAMP, n. 102, set. 2001.
- SAVITZ, Andrew. *A empresa sustentável*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa*. São Paulo: Atlas, 2010.

A TRANSFORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES: O PERFIL DO NOVO GESTOR

Neste capítulo, abordaremos as seguintes questões:

- Em que consiste o modelo de produção fordista?
- O que é greenwashing?
- Qual o perfil do gestor do modelo pós-fordista?
- Por que as parcerias com ONGs podem tornar uma empresa mais competitiva?
- Quem são os stakeholders? Por que eles devem ser ouvidos pelo gestor do século XXI?

